



MODELO DO ESPELHO DA PROVA ESCRITA

ITEM 8.5 DO EDITAL N° 06/2026
Setor de Estudo: Direito Previdenciário

Tema sorteado: 2 – Previdência Social

A prova escrita terá por objeto um único tema do referido programa, sorteado no momento de aplicação da prova e será avaliada obedecendo aos critérios abaixo relacionados.

Para todos os itens abaixo descritos, a banca examinadora do processo seletivo deverá:

1) Conteúdo (desenvolvimento do tema com fundamentação teórico-científica adequada, até 5,0 pontos);

É imprescindível que a dissertação apresente fundamentação na Constituição Federal de 1988, especialmente nos dispositivos relativos à Seguridade Social e à Previdência Social, bem como referência à legislação previdenciária pertinente, notadamente à Lei nº 8.212/1991 (Lei de Custeio da Previdência Social), à Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), à Lei nº 9.717/1998, que estabelece regras gerais para os regimes próprios de previdência social, além dos decretos regulamentares aplicáveis. Espera-se ainda a utilização de doutrina especializada e de jurisprudência relevante do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Turma Nacional de Uniformização como elementos de fundamentação jurídica e argumentativa.

1. Evolução da Previdência social no Brasil e no mundo

Análise histórica da evolução da proteção previdenciária, desde os modelos mutualistas e dos sistemas bismarckiano e beveridgiano até a consolidação da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. No Brasil, destaca-se a Lei Eloy Chaves, a unificação previdenciária e as reformas constitucionais contemporâneas.

2. Modelos de Previdência

Em conexão com a evolução histórica da proteção social, análise dos principais modelos previdenciários, especialmente os sistemas bismarckiano e beveridgiano, destacando suas características, formas de financiamento e influência na estrutura previdenciária contemporânea, inclusive no modelo híbrido brasileiro.

3. Princípios:

- a. solidariedade;**
- b. contributividade;**
- c. equilíbrio financeiro e atuarial;**
- d. universalidade da cobertura;**
- e. uniformidade e equivalências entre trabalhadores urbanos e rurais;**
- f. seletividade e distributividade;**
- g. irredutibilidade do valor dos benefícios;**

Campus do Pimenta

Rua Cel. Antônio Luiz - 1161, Pimenta, 63.105-000 - Crato - CE
Fone (88) 3102.1244



- h. equidade na forma de participação de custeio;**
- i. dignidade da pessoa humana;**
- j. vedação do retrocesso social;**
- k. filiação compulsório;**
- l. Tempus regit actum;**
- m. Equilíbrio Financeiro e atuarial.**

Análise dos princípios basilares do sistema previdenciário brasileiro como fundamentos constitucionais responsáveis pela estruturação, interpretação e aplicação das normas previdenciárias, orientando a proteção dos segurados diante dos riscos sociais, a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema e a efetivação dos direitos fundamentais sociais previstos no ordenamento jurídico pátrio.

4. Relação jurídica de Seguro Social

Análise da relação jurídica de Seguro Social como vínculo jurídico de natureza pública estabelecido entre o Estado e os segurados, estruturado a partir da filiação, contribuição e proteção contra riscos sociais, envolvendo direitos, deveres e prestações voltadas à efetivação da proteção previdenciária.

5. Regimes de previdência

Análise dos regimes de previdência social previstos no ordenamento jurídico brasileiro, compreendendo suas estruturas organizacionais, formas de filiação, financiamento, destinatários e mecanismos de proteção social, bem como suas distinções e fundamentos constitucionais no âmbito da Seguridade Social.

a. Regime Geral de Previdência Social – RGPS:

- i. Natureza do regime; ii. Forma de filiação; iii. Destinatários; iv. Forma de financiamento; v. Riscos protegidos; vi. Órgão gestor vii. Órgão fiscalizador viii. mecanismos de tutela e resolução de conflitos**

Análise do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como principal regime previdenciário brasileiro, responsável pela proteção da maior parte dos trabalhadores do país e pela concretização da cobertura previdenciária no âmbito da Seguridade Social, destacando sua ampla abrangência de segurados, diversidade de benefícios e serviços previdenciários oferecidos, bem como sua natureza jurídica, forma de filiação, modelo de financiamento, riscos sociais protegidos, órgãos de gestão e fiscalização e mecanismos jurisdicionais de tutela e resolução de conflitos previdenciários.

b. Regimes próprios:

- i. Natureza do regime; ii. Forma de filiação; iii. Destinatários; iv. Forma de financiamento; v. Riscos protegidos; vi. Órgão gestor vii. Órgão fiscalizador viii. mecanismos de tutela e resolução de conflitos**

Análise dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) como integrantes do sistema previdenciário brasileiro, destinados à proteção previdenciária dos servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destacando sua natureza jurídica,

Campus do Pimenta

Rua Cel. Antônio Luiz - 1161, Pimenta, 63.105-000 - Crato - CE

Fone (88) 3102.1244



forma de filiação obrigatória, destinatários, modelo de financiamento contributivo e solidário, riscos sociais protegidos e estrutura administrativa própria. Espera-se ainda abordagem acerca dos impactos promovidos pela EC nº 103/2019 sobre os regimes próprios, especialmente em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, às regras de aposentadoria e à previdência complementar dos servidores públicos, bem como análise dos órgãos gestores e fiscalizadores e dos mecanismos administrativos e jurisdicionais de tutela e resolução de conflitos previdenciários.

c. Previdência complementar e privada

i. Conceito ii. Finalidade; iii. Forma de filiação; iv. Destinatários; v. Forma de financiamento; vi. Modalidade 1. Previdência complementar fechada 2. Previdência complementar aberta vii. Riscos protegidos; viii. Órgão gestor ix. Órgão fiscalizador x. mecanismos de tutela e resolução de conflitos (jurisdição)

Análise da previdência complementar e privada como regime facultativo e autônomo de proteção previdenciária, destinado à complementação da renda assegurada pelos regimes públicos de previdência social, abordando seu conceito, finalidade, forma de filiação voluntária, destinatários e modelo de financiamento baseado predominantemente na capitalização. Espera-se ainda a diferenciação entre previdência complementar fechada e aberta, com identificação de suas características estruturais, riscos sociais protegidos, órgãos gestores e fiscalizadores, bem como dos mecanismos jurisdicionais aplicáveis à tutela e resolução de conflitos envolvendo as relações previdenciárias complementares.

d. Previdência militar

Análise dos regimes de proteção social dos militares, considerando sua natureza jurídica própria, forma de filiação obrigatória, destinatários, modelo de financiamento e particularidades constitucionais relacionadas à atividade militar e à proteção social dos integrantes das Forças Armadas e militares estaduais.

2) Abrangência do tema (verificação do grau de aproximação da dissertação com a literatura atualizada, até 3,0 pontos)

Perspectiva histórica:

Espera-se que a dissertação apresente perspectiva histórica da Previdência Social, abordando a evolução dos mecanismos de proteção social no Brasil e no mundo, desde os modelos mutualistas e securitários até a consolidação do sistema previdenciário brasileiro no âmbito da Seguridade Social instituída pela Constituição Federal de 1988.

Leitura crítica

Espera-se que o candidato desenvolva leitura crítica dos institutos previdenciários, analisando a evolução histórica dos sistemas e modelos de previdência social, suas transformações estruturais e os desafios contemporâneos relacionados à proteção social, sustentabilidade financeira e efetivação de direitos fundamentais, inclusive mediante eventual abordagem de direito comparado entre

Campus do Pimenta



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
GABINETE DA REITORIA



modelos previdenciários estrangeiros e o sistema brasileiro.

A título de sugestão e embasamento, cita-se algumas obras em que os temas acima elencados são abordados:

BERBEL, Fábio Lopes Vilela. Teoria Geral da Previdência Social. São Paulo: Quartier Latin, 2005
Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. – 26. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Horvath Júnior, Miguel Direito previdenciário / Miguel Horvath Júnior. -- 13. ed. -- São Paulo: Rideel, 2022.

Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. – 26. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

PERSIANI, Mattia - Direito da Previdência Social - São Paulo: Quartier Latin, 2009
Rocha, Daniel Machado da Direito previdenciário em resumo / Daniel Machado da Rocha, Eugélio Luis Müller. - 3. ed. – Curitiba: Alteridade Editora, 2021

Savaris, José Antonio Direito processual previdenciário / José Antonio Savaris – 9. ed. rev. atual. Ampl – Curitiba: Alteridade Editora, 2021

Serau Junior, Marco Aurélio. Seguridade social e direitos fundamentais. Marco Aurélio Serau Junior/ 3ª edição/ Curitiba: Jurua, 2018

3) Forma (elaboração clara e objetiva, com uso correto da língua, dos conceitos sobre o tema em questão, mantendo coerência interna na construção, até 2,0 pontos).

O candidato deverá demonstrar adequada estrutura dissertativa, com introdução, desenvolvimento e conclusão identificáveis, utilização correta da terminologia técnico-jurídica, coerência argumentativa e consistência teórica na abordagem dos institutos previdenciários. Será igualmente avaliado o domínio da língua portuguesa, especialmente quanto à ortografia, concordância, pontuação, regência e clareza da redação.

IMPORTANTE:

Após definição dos itens solicitados nesse modelo de espelho, deve-se encaminhar à Comissão de seleção do Certame.

Campus do Pimenta

Rua Cel. Antônio Luiz - 1161, Pimenta, 63.105-000 - Crato - CE
Fone (88) 3102.1244